

GLOBALIZAÇÃO E GEOGRAFIA: A COMPARTIMENTAÇÃO DO ESPAÇO¹

Milton **SANTOS**

Maria Laura **SILVEIRA**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP) – Departamento
de Geografia

O nosso tempo, pleno de contradições, obriga a um contínuo esforço de reinterpretação da realidade. A necessidade de periodização, as novas possibilidades de cognoscibilidade do Planeta, a atual constituição do espaço geográfico, a noção de região e as novas compartimentações do espaço são questões que a Geografia, procurando contribuir ao entendimento do mundo, é obrigada a abordar.

A Globalização, um período

Hoje, mais do que nunca, uma periodização impõe-se como um partido metodológico necessário à construção de um enredo que considere a história uma e contraditória. Poderá a globalização ser compreendida como um período?

Em todas as épocas, identificar o novo sempre se levanta como um grande problema, porque “o novo não é exatamente o moderno, salvo se é portador da dupla carga explosiva: ser negação do passado e ser afirmação de algo diferente”. (PAZ, 1990; 20)

Nos momentos de grande mudança e aceleração, a definição de pedaços de tempo coerentes é uma tarefa hercúlea. Demarcar um período torna-se um problema maior porque conduz à necessidade de reconhecer um sistema de eventos. Uma nova combinação de fatores privilegia uma variável-chave diferente daquela que comandava o sistema anterior e, por isso, a organização também se transforma. A variável que ganha significação e que produz mudança vai ter o papel fundamental no novo sistema. À escala mundial, pode-se dizer que cada sistema temporal coincide com um período histórico e com novas formas de ser do espaço geográfico. Como já escrevia De Jong (1962, p. 194), “um período é uma

unidade de tempo circunscrita a um pedaço particular da superfície da terra”. O geógrafo holandês estava se referindo à região. Em todos os casos, é a delimitação do período o que permite dar voltas às coisas.

Conhecendo uma ruptura densa e multifacética, nosso presente revela-se confuso. Mesmo as revolucionárias técnicas de cognoscibilidade do planeta parecem, todavia não explicar a nova constituição do espaço geográfico e os enigmas do seu funcionamento. Mas, ainda que a passagem de um período para outro seja sempre incompleta, os sinais que revela dão conta dessa unidade.

Estamos testemunhando, segundo Barraclough (1983, p. 41 e 42), uma época histórica que assistiu ao espetacular progresso no conhecimento e nas realizações científicas, mediante a aliança entre a ciência e a tecnologia, que tem poderes “para transformar para sempre as bases materiais de nossa vida, em uma escala inconcebível há apenas cinquenta anos”. A fase atual da história é, por isso mesmo chamada de período técnico-científico (RICHTA, 1974). Trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo.

Os acréscimos de ciência, técnica e informação ao solo seriam, assim, a variável-chave que permite reconhecer um novo sistema temporal e a organização de um novo espaço. A esse espaço estamos chamando meio técnico-científico-informacional.

Lugar, Globalização e Cognoscibilidade do Planeta

O grande desenvolvimento das diferentes ciências particulares, durante este século, contribuiu para grandes avanços científicos e tecnológicos, mas, também, levou a uma extrema especialização do saber, cuja consequência é, freqüentemente, o próprio comprometimento do entendimento unitário do mundo. E a possibilidade dos saberes antigos sucumbirem aos saberes novos faz com que os prisioneiros de uma visão imobilista corram o risco de ficar à deriva diante da tarefa de interpretação do presente.

A complexidade constitucional do novo espaço geográfico não apareceria, todavia, como uma preocupação central nas interpretações que, com base na Geografia, se emprenham à compreensão da globalização. De um lado, uma profusão de metáforas invade a nossa disciplina. As idéias da preeminência do tempo sobre o espaço, ou do tempo desmanchando o

¹ Artigo publicado no Caderno Prudentino de Geografia n°18, de 1996.

território, despontam como intentos vãos de explicar as acelerações contemporâneas. Essas posições, que vêm, em toda parte, uma homogeneização do espaço, ignoram o processo, sempre crescente, de singularização dos lugares.

A desterritorialização, idéia decorrente da anterior, estaria significando, de um lado, a morte do Estado territorial – um mundo sem fronteiras –, hoje atravessado por fluxos transnacionais e, de outro lado, a crescente mobilidade dos homens, dos objetos, das idéias, com as possibilidades de teleação – a chamada aldeia global. A desterritorialização aparece, amiúde, também, apoiada na noção de rede.

Nesse contexto, alguns geógrafos anunciam a morte da região. É verdade que, no mundo de hoje, as regiões se fazem e desfazem com maior rapidez graças ao fato de que o acontecer é mais espesso e vertiginoso. Não obstante, o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a sua coerência funcional. A cada novo momento da totalidade se produz um novo arranjo regional à escala global. Acostumamo-nos a uma idéia de região como um sub-espaço longamente elaborado, uma construção estável. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a sua coerência funcional. É isso que a distingue das entidades congêneres, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta muda a definição do recorte territorial, mas não o suprime. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem.

Essas metáforas e outras acabam por tomar o lugar da teoria e, favorecendo a proliferação de discursos, impedem de encontrar um método explicativo (SANTOS e SILVEIRA, 1995).

De outro lado, as novas técnicas de informação, notadamente os satélites e os SIGs, pretendem entronizar-se como o coração da geografia na fase da globalização. Imagens periódicas de um mesmo ponto da crosta terrestre proporcionam um enxame de dados, os quais são virtualmente utilizados em diversos domínios do mandar e do fazer. Castilho (1995), refletindo sobre os sistemas técnicos orbitais, fornece uma listagem objetiva de aplicações: cartografia, planejamento urbano, impacto ambiental, agricultura, estudo da cobertura vegetal, geologia, pesquisa de minérios e petróleo, urbanismo, demografia, estudo de zonas costeiras, observação dos oceanos e recursos marinhos, danos produzidos por ciclones e estudos preliminares para implantação de qualquer grande equipamento urbano como rodovias e aeroportos. Mas, há entre os geógrafos, aqueles que depositam, nesses instrumentos, a esperança de

uma interpretação geográfica ampla. Essas técnicas contribuem para tornar mais precisas as ações setoriais dos agentes da economia e da política.

A contribuição desses enfoques é importante, mas, insuficiente. Nossa disciplina não pode ser apenas consagrada, graças a esses saberes parciais, a um conhecimento técnico e pragmático do lugar e do mundo. Dos relatos dos geógrafos viajantes às informações proporcionadas pelos SIGs, a cognoscibilidade do planeta aumentou e o lugar reafirma uma posição relevante na episteme da geografia. Mas o que buscamos é o entendimento dos processos que explicam os lugares e as regiões perante o mundo. Esses sistemas técnicos, provavelmente eficazes para apreender as formas em cortes temporais pré-determinados, são incapazes de captar o movimento. Apresentam-se limitações significativas. O conteúdo dessas formas, seu processo, como elas se originaram e quem as patrocinou continuam a ser questões em aberto. A nossa indagação deverá ser, sempre, totalizadora.

Como assevera George (1992, p. 1048), “esta universalização é um desafio à geografia, que se encontra, em primeira linha, solicitada pelo estudo dos sistemas de transmissão da informação e pela solidariedade dos seus efeitos diretos ou indiretos: geografia das **redes**, geografia dos conjuntos relacionais” mas, ao mesmo tempo, “um outro desafio é o do inventário das unidades de base que no passado receberam os nomes de região, de nação, de Estado...”

Nosso período oferece-nos, ademais, graças à empiricização das categorias filosóficas, uma oportunidade privilegiada de conhecimento. Hoje, o mundo pode ser apreendido na sua unicidade, uma unicidade criada pelas técnicas porque os grandes universais se empiricizam quando, de um lado, a realização prática das técnicas se dá independentemente do meio que as recebe e, de outro, o conjunto das técnicas utilizadas é, em toda parte, potencialmente o mesmo. Essa totalidade empírica torna geográficas categorias antes apenas filosóficas como a universalidade, a particularidade, a singularidade, forma, função, processo e estrutura (SANTOS, 1998).

O planeta, tornado uno graças a essa unicidade da técnica mas, também, à convergência dos momentos e à unicidade do motor, é, mais do que nunca, a casa do homem. Contrariamente a idéias de uma “geografia extraterrestre” ou de uma “geografia sobre os Planetas” proposta por Pike (1987), Breton (1994, p. 104) alerta: “nenhuma comunicação é possível entre duas regiões do universo que não compartilhem a mesma concepção do tempo”, pois a condição da comunicação é um tempo único. Idéias que

convergem com a declaração de Morin (1990, p. 45), “a Terra é nosso lar, nossa casa comum, nossa pátria”. E, mais enfático, Ley (1980) afirma que “se uma geomorfologia da lua poderia ser viável, uma geografia não o poderia, já que a lua carece da presença do homem, ‘o agente geográfico’”. O mundo sideral não é o nosso mundo, pois não existe uma comunhão solidária entre os astros.

Face a um conhecimento alheio a sociedade e o território, haveria que opor, urgentemente, a produção de saberes voltados a apreender o lugar, o mundo, suas relações atuais e suas perspectivas, de modo a ser possível reconhecer e enfrentar as tendências que desestabilizam uma área. É necessário compreender cada lugar em função da totalidade do espaço. Mas, esse conhecimento pode ser estranho à região. Na medida, porém, em que no mundo de hoje, é no lugar e na região, que o sentido busca refúgio, pode-se pensar, a partir desses novos saberes locais, na construção de um discurso político capaz de oferecer um sentido ao próprio mundo.

Nova constituição do espaço geográfico

A cada período, novos conteúdos se sobrepõem a esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que é o espaço (SANTOS, 1991). Hoje, esses acréscimos de ciência, técnica e informação definem a constituição e o refazimento dos lugares. Todavia, como a modernidade é seletiva, não impõe todos os objetos e as ações e, por isso, cada lugar é diferentemente tocado pelo processo modernizador, tanto nos seus aspectos formais quanto nos funcionais. Podemos pensar que não existe espaço global, mas espaços da globalização. Parafraseando Aristóteles, o global nunca se dá como um todo.

Nos dias atuais, os lugares são condição e suporte de relações globais que sem eles não se realizariam. As regiões se tornaram lugares funcionais no Todo, espaços de conveniência, uma particularidade, o que, no dizer de Lukács (1970), significa “um campo de mediações”.

O momento atual faz com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Elas não são eliminadas, apenas mudam seus conteúdos porque, como afirma Rodoman (1973, p. 104), “as regiões, da mesma forma que as quedas d’água tendem a flutuar, a mover-se em diversas direções, a assumir uma variedade de formas, mas essencialmente permanecem por um largo período”.

Na verdade, os lugares, as regiões são particularidades, e sua permanência e sua mudança decorrem do sistema temporal a que chamamos globalização. Aqueles lugares “submetidos a evoluções rápidas e a ajustamentos regulares” configuram, no dizer de Bakis (1990, p. 23), os territórios em redes. A aceleração da sua metamorfose seria, talvez, mais um indicio para identificar os novos dinamismos espaciais.

Um dos elementos do meio técnico-científico-informacional, além da construção de grandes vias de transporte e de meios modernos de comunicação, é a difusão da informação, sem a qual a produção não seria possível a uma escala planetária. Em nossos dias, e para atender às exigências dos tempos modernos, os diversos continentes e quase todos os países são cortados por bem construídas e grandes estradas de rodagem de interesse nacional e internacional, mais do que regional, e são pontuados pelas estradas da informação.

Os vastos espaços que essas redes irrigam se diferenciam, entre outras razões, pela carga de capital constante fixo, deliberadamente instituído neste ou naquele ponto e que faz desse lugar assim privilegiado, um espaço produtivo. Desse modo, as virtualidades do lugar são artificialmente criadas e se torna possível utilizar, em terras longínquas, e com fins produtivos, pontos afastados uns dos outros e distanciados, também, dos centros de consumo intermediário ou final. A regulação do território coopera na intensificação dos intercâmbios e na produção de oportunidades à globalização. Desenham-se polígonos de atuação das empresas, orientados segundo as trocas de objetos e informação, cuja superposição cria verdadeiras topologias.

Esses espaços da globalização, reino do meio técnico-científico-informacional, podem ser reconhecidos pelas suas densidades distintas.

A densidade técnica é dada pelos diversos graus de artifício. As situações limite seriam, de um lado, uma área natural jamais tocada pelo homem e, de outro lado, uma área onde haja apenas aquilo que Simondon (1989) chamou de objeto técnico maduro, como o centro de negócios de uma grande cidade, espaços inteligentes dispostos a atender prontamente as intenções dos que os conceberam e produziram, muito mais perfeitos que a própria natureza (SANTOS, 1994).

A densidade informacional deriva, em parte, da densidade técnica. Os objetos técnicos, ricos portanto, em informação, podem, todavia, não ser agidos, permanecendo em repouso ou inatividade, à espera de um ator. A informação se perfaz com a ação. Quando, porém, é unívoca, é uma informação obediente às regras do ator, e introduz no espaço, uma

intervenção vertical, que geralmente ignora o entorno, posta ao serviço de quem tem os bastões de comando. A densidade informacional nos informa sobre os graus de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação dessa propensão, privilegiando setores e atores (SANTOS, 1994).

A informação que comanda os objetos não é geral, mas uma informação especializada, cujo exercício depende do poder. Os objetos obedecem a quem tem o poder para comandá-los. A intencionalidade, de um modo geral, hoje, supõe um comando exterior. Não é por acaso que a raiz da palavra cibernética é a mesma da palavra governador. Informar é também governar. A densidade informacional requerida em uma área crítica é a que permite descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade.

A densidade normativa indica os diversos graus de abertura do lugar à verticalização. O mundo busca, hoje, revogar a pluralidade de marcos regulatórios para afirmar uma única regulação. O resultado desse ato de império nos lugares será a densidade normativa. Naquelas áreas onde a lei do mercado e as demais normas globais agem mais profundamente, arrostando a exígua resistência das normas locais, identificaríamos uma maior densidade normativa e, portanto, uma construção mais agressiva e aperfeiçoada da ordem global. É o exemplo das *free-zones* e dos paraísos fiscais, onde as normas dos diversos segmentos do Estado se curvam diante dos imperativos da competitividade e da fluidez (SILVEIRA, 1995).

Esse retrato de disparidades regionais indica, a um só tempo, a constituição do território nacional em espaço nacional na economia internacional (SANTOS, 1993; 165).

O Lugar, a Região, a Compartimentação do Espaço

Na definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que fora o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje diante de nós são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional, baseada em racionalidades de origens distantes e que se tornam o fundamento da sua existência. O que, nessas condições, permanece das velhas definições de Região?

Encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do

novo funcionamento do território, através daquilo a que chamamos de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1994). As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, desses lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por diversas formas e processos sociais.

Os acréscimos de ciência, técnica e informação ao solo, desigualmente difundidos, tornam escassas as áreas equipadas e produtivas à racionalidade hegemônica. Ampliam-se e aceleram-se as disputas pela localização, pela acessibilidade, pela vizinhança e pelos recursos limitados. Aqui, poderíamos fazer alusão aos “recursos de alocação” e aos “recursos de autoridade” de que fala Giddens (1987, p. 443). Os lugares destinados às atividades hegemônicas são o retrato da intencionalidade que preside à sua criação, intencionalidade exigente e exclusiva cujo paradigma são os edifícios e as áreas inteligentes.

Detalhadamente preparados para exercer funções mais precisas, esses espaços têm, assim, seu valor específico realçado. Forma-se o fundamento de uma nova escassez, uma nova segregação espacial, uma nova teoria do valor e uma nova realidade da lei do valor. Mais ainda, cada lugar se torna capaz, em razão de tais virtualidades, de dar valor aos objetos que sobre ele se constroem, do mesmo modo que os edifícios funcionalmente adequados transferem valor às atividades para as quais foram criados. Em um processo marcado pelo acolhimento de inovações, esses lugares são, também, altamente produtores daquilo que a Escola de Lund chama de exnovações, isto é, o efeito de deslocamento de outras técnicas, atividades ou organizações (DIAZ MUÑOZ, 1991, p. 146-147).

Novas relações entre os homens criam-se, no lugar, a partir da chegada de objetos técnicos modernos. Akhrich (1987, p. 54) vai mais longe ao dizer que “o objeto técnico define os atores aos quais se endereça”. É aquilo a que Simondon (1989, p. 247) se refere com o conceito de “transindividualidade”, uma relação e uma comunicação entre os homens que se realiza através do que eles inventam, isto é, por meio do mundo técnico. Por isso, a informação decorre da relação entre os objetos técnicos e estes, acrescenta o autor, tornam-se suporte e símbolo dessa relação humana. É o mundo da transindividualidade, a natureza humana no ser técnico.

Os objetos técnicos, na sua capacidade de fornecer trabalho, impõem aos lugares uma vocação técnica que é produtora de ações hierarquizadas. Como assevera Attali (1981, p. 200-201), o objeto é *vivant*

porque, uma vez criado, ele toma vida própria, a partir das forças, esperanças, ilusões, sonhos e rivalidades dos homens que, nele, são investidos. Portanto, os objetos cristalizam as disputas entre os homens.

Raffestin (1993, p. 146), discutindo a produção do território, explica que “a ação coordenada, bem preparada sobre o plano, não pode ter o caráter sistemático da geometria, pois intervêm entre os dados reais do contexto espaço-temporal. Isso significa que se passa de uma axiomática pura para uma axiomática comandada pelo caráter probabilista e necessariamente descontínuo da ação”. O território usado e valorizado infunde qualidades à ação.

O território, carregado de técnica, cria, assim, uma compartimentação da interação humana. Mas, é a compartimentação da ação humana que produz ao mesmo tempo, a escassez do ponto de vista do território. As redes são um exemplo de compartimentação de infraestruturas e processos.

A população e as vias de comunicação e transmissão constituem, no pensamento de Durkheim (1985, p. 116), a densidade material. Tratar-se-ia daquelas existências às quais acrescentaríamos, hoje, os novos conteúdos de tecnologia, ciência e informação, e que, desse modo, concorrem para definir a riqueza e a escassez material dos lugares. Todavia, o lugar não se constrói sem a ação que é, hoje, mais do que em outros períodos históricos, compartimentada. O oposto dessa ação é então a densidade dinâmica, que se refere ao volume de indivíduos que, na vida comum, se vinculam não apenas comercialmente, mas também de um ponto de vista moral (DURKHEIM, 1985, p. 115-117). Pois, acrescenta o autor, “como as relações puramente econômicas deixam os homens fora uns dos outros, pode haver numerosas relações econômicas sem que por isso participem os homens na mesma existência coletiva” (DURKHEIM, 1985, p. 116).

Para compreender a natureza dessas disputas é necessário focalizar as lógicas do Estado e do mercado, já que elas imprimem diferenças no uso e na distribuição dos recursos. As normas públicas e particulares aperfeiçoam o uso dos objetos técnicos e o funcionamento das áreas luminosas. As normas do Estado são, crescentemente, impregnadas pelo Mercado e, por conseguinte, os resultados alcançados dependem mais de uma cooperação compulsória e menos de uma disputa regulada entre a Nação e as forças da globalização.

Guillaume (1978, p. 106-107) discutindo a questão da homogeneidade das esferas do mercado e do Estado, sugere distinguir entre uma métrica mercantil e uma métrica burocrática. Enquanto a

primeira endereça a sociedade a uma certa globalidade procedente da produção, da renda e do consumo, tendo uma das suas manifestações nos antagonismos entre indivíduos, classes sociais, firmas, regiões e países, a ideologia da métrica burocrática tende a recompor o sujeito social dividido pela existência de métricas específicas. Diversas hierarquias impõem-se ao território, aumentando a compartimentação do seu uso, notadamente quando a função de recomposição do Estado é substituída pelo código da mercadoria.

São as firmas hegemônicas que produzem e utilizam, sobretudo, os espaços dotados de maiores acréscimos em ciência, tecnologia e informação. Suas ações segmentadas contribuem para consolidar a compartimentação do espaço. As relações interindustriais asseveram Taylor e Thrift (1982, p. 1604), são *power networks* (sistemas de poder), na medida em que constituem “manifestações operacionais das relações de poder”. Mas as relações comerciais e informacionais também exercem papel idêntico. Com quinhões diversos nesses sistemas, as empresas participam da desigual distribuição e uso dos recursos no território.

O destino das sociedades e de cada homem é, nos dias de hoje, regrado por essas novas formas de regulação do espaço. Por isso, entre o que somos e o que desejamos ser, entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais o homem e as regiões tanto necessitaram de um conhecimento abalizado do território. Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos como intencionalidades estranhas vêm se instalar em um dado lugar, e nos armamos para sugerir o que fazer no interesse social.

Bibliografia

AKRICH, Madeleine. Comment decrire lês objets techniques?. In: **Techniques et Culture**, nro. 9, jan-juin 1987, p. 49-63.

ATTALI, Jaques. **Les trois mondes. Pour une théorie de l'après-crise**. Librairie Arthème Fayard, Paris, 1981.

BAKIS, Henry. **Les réseaux et leurs enjeux sociaux**. Presses Universitaires de France (Que sais-je?), Paris, 1993.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Zahar, 5 ed., Rio de Janeiro, 1983.

BRETON, Thierry. (1991) **La dimension invisible: le défi du temps et de l'information**. Editions Odile Jacob, 2 ed., Paris, 1994.

CASTILHO, Ricardo. Reflexões sobre os Sistemas Técnicos Orbitais (em sua relação com o território). In: I Encontro Nacional da ANPEGE, Aracaju, 5 a 8 de setembro de 1995.

DE JONG, G. **Chorological differentiations as the fundamental principle of Geography**. J.B. Wolters, Groningen, 1962.

DIAZ MUÑOZ, Maria Angeles. Unas notas sobre las posibilidades docentes y aplicaciones de la Geografía Del Tiempo. In: **Serie Geográfica**, nro.1, Geografías Personales (Departamento de Geografía, Universidad de Alcalá de Henares), 1991, p. 131-163.

DURKHEIM, Emile. (1895) **Las Reglas del Método Sociológico**. Orbis Hyspamérica, Madri, 1985.

GEORGE, Pierre. La géographie à l'heure du temps. In: BAILLY, Antoine, Robert FERRAS e Denise PUMAIN, **Encyclopédie de Géographie**, Economica, Paris, 1992, p. 1045-1058.

GIDDENS, Anthony. (1984) **La Constitution de la Société. Éléments de la théorie de la structuration**. Presses Universitaires de France, Paris, 1987.

GUILLAUME, Marc. **Eloge du désordre**. Gallimard, Paris, 1978.

LEY, David. **Geography without man: a humanistic critic**. University of Oxford, School of Geography Research, Paper 24, 1980.

MORIN, Edgar. L'homme domine-t-il sa planète?. In: **Le Nouvel Observateur**, Collection Dossiers nro.2, Paris, 1990, p. 44-45.

PAZ, Octavio. (1974) **Los hijos del limo. Del romanticismo a la vanguardia**. Seix Barral, 3 ed., Barcelona, 1990.

PIKE, Richard J. Geography on the Planets: Gift of Remote Sensing, In: **The Professional Geographer**, vol. 39, nro. 2, May 1987, p. 131-145.

RAFFESTIN, Claude. (1980) **Por uma Geografia do Poder**. Atica, São Paulo, 1993.

RODOMAN, B.B. Territorial Systems. In: **Soviet Geography**, vol. XIV, nro.2, Fev. 1973, p. 100-105.

RICHTA, Radovan. **La civilización en la encrucijada**. Ayuso, 2 ed., Madrid, 1974.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. Lês Espaces de la Globalisation. In: **Points de vue sur le système monde, GEMDEV**, Cahier nro. 20, Paris, mai 1993.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, 1991, p. 35-39.

SANTOS, Milton. O Lugar Encontrando o Futuro. Conferência de abertura no Encontro Internacional "Lugar, Formação Socioespacial, Mundo", São Paulo, 8 de setembro de 1994.

SANTOS, Milton et Maria Laura SILVEIRA. D'une Géographie Métaphorique de la Post-modernité à une Géographie dela Globalisation. In: BENKO, Georges (ed), **Espace et post-modernité**, L'Harmattan, Paris, 1996.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa dos lugares. In: I Encontro Nacional da ANPEGE, Aracaju, 5 a 8 de setembro de 1995.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets tchniques**. Aubier, Paris, 1989.